

Débito não é eliminado com rebaixamento

NORBERTO SVAZRMAN
Da UPI

Nova Iorque — Fontes financeiras desta cidade disseram que a decisão dos Estados Unidos de rebaixar parte da dívida externa do Brasil e Argentina à categoria de empréstimos perdidos não afetará a negociação com estes países sobre a redução dos débitos, que poderá começar nas próximas semanas.

O rebaixamento, decidido quarta-feira pelo Comitê Intergência de Análise de Exposição por Países (Icerc) do Congresso dos Estados Unidos, contrastou com os anúncios anteriores do governo Bush de que iria conceder ajuda e apoio aos países latino-americanos que vêm promovendo reformas econômicas, casos de Brasil e Argentina.

Os mercados financeiros reagiram com calma à notícia, sem afetar a cotação dos títulos da dívida externa brasileira ou argentina no mercado secundário. Os certificados da dívida brasileira chegaram mesmo a aumentar (ontem) em um centavo de dólar, vendidos a 24 centavos por cada dólar do seu valor de face.

O Comitê Intergências, que se reúne a cada quatro meses,

dispôs que os bancos credores retirem de seus livros contábeis qualquer confiança no pagamento de pelo menos 20 por cento da dívida de Brasília e de mais 20 por cento da de Buenos Aires (a Argentina já tinha 40 por cento de sua dívida rebaixada à categoria de incobrável).

O Icerc é integrado por especialistas em bancos e crédito do Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos), dos órgãos controladores de moeda e da corporação federal dos Estados Unidos para segurança de depósitos bancários, entre outros peritos.

Banqueiros de duas das mais importantes instituições financeiras norte-americanas foram consultados pela agência UPI e disseram que, a princípio, a decisão do comitê não afetará seus balanços, uma vez que já haviam constituído reservas suficientes.

A dívida externa brasileira totaliza cerca de 113 bilhões de dólares e tem atrasos de um ano que chegam a 6 bilhões de dólares. A da Argentina totaliza 62 bilhões de dólares e os atrasos, superando dois anos, chegam a 5 bilhões de dólares.

No caso do Brasil, o banco mais afetado pela ordem do Comitê Intergências será o Citi-

bank: Terá de tirar de seus livros contábeis 20 por cento dos 3,387 bilhões de dólares que os brasileiros lhe devem. Em seguida vem o Chase Manhattan, com 1.577 bilhão de dólares, o Manufactures Hanover com 1,304 bilhão de dólares e o Chemical Bank com 1,096 bilhão.

No caso argentino, o principal credor é o Manufactures Hanover, com 630 milhões de dólares, seguido do Citibank com 564 milhões de dólares, o Chase Manhattan com 446 milhões de dólares e o J.P. Morgan com 260 milhões de dólares.

No caso da Argentina, as cifras podem variar se forem concretizadas as operações de privatização das Aerolíneas Argentinas e da Companhia Estatal Telefônica, que incluem planos para aquisição de certificados da dívida no mercado secundário com razoável desconto.

Convém lembrar que o fato de os bancos passarem uma parte da dívida à categoria de perdidas não significa que o débito desaparece. Ele permanece no passivo e segue acumulando juros virtualmente exponenciais, uma vez que incidem não só sobre o principal mas também sobre os serviços já em atraso.